

O encontro de Vargas com a obra de Oliveira Vianna: um momento da gênese do Brasil moderno¹

Leonardo Sartoretto²

Resumo: A exposição a seguir procura debater a importância do encontro de Vargas com a obra de Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro* de 1923. Pouquíssimos investigadores do perfil político de Getúlio compreenderam como ele, ainda quando deputado federal, entre 1923 e 1926, travou contato com a interpretação de Brasil do jurista fluminense e a tomou para si, encampando uma ainda débil, porém já consciente necessidade de unificação do mercado interno e de educar a burguesia brasileira. Esse encontro teria consequências determinantes para o projeto de Brasil moderno, ainda que conservador, que Vargas poria em prática entre 1930 e 1945 como dirigente político esclarecido.

Palavras-chave: Evolução do Povo Brasileiro; Práxis autocrática; Deputado Federal.

1 Este artigo reproduz parcialmente nossa tese de doutorado defendida (março/2022) no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília: *Razão autocrática: ideologia e direção política na progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945)*, bem como desdobra a comunicação oral apresentada no II Encontro sobre pensamento social brasileiro da Unesp de Marília: 100 anos de 1922 e as transformações no Brasil Moderno, ocorrido remotamente entre 2 e 6 de maio de 2022. leonardosartoretto@hotmail.com.

2 Leonardo Sartoretto é Cientista Político e doutorando em Ciências Sociais, pela UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília pela Linha 3 - "Determinações do mundo do trabalho". Possui graduação também em Ciências Sociais nas modalidades licenciatura (2014) e bacharelado (2015), este com ênfase na ciência política. cursou seu mestrado (2017) pela mesma instituição.

Abstract: The following exhibition seeks to discuss the importance of Vargas' encounter with Oliveira Vianna's work, *Evolução do Povo Brasileiro* de 1923. Very few researchers of Getúlio's political profile have understood how he, even as a federal deputy, between 1923 and 1926, contact with the Rio de Janeiro jurist's interpretation of Brazil and took it for himself, taking over a still weak, but already conscious, need to unify the internal market and educate the Brazilian bourgeoisie. This meeting would have decisive consequences for the project of a modern, albeit conservative, Brazil, which Vargas would put into practice between 1930 and 1945 as an enlightened political leader.

Keywords: Evolution of the Brazilian People; Autocratic praxis; Congressman.

1. Introdução

Procurar no movimento histórico as relações que se estabeleceram entre Getúlio Vargas e Oliveira Vianna é uma tarefa importante para conhecer os meandros do Brasil Moderno. Na medida em que o contato inicial, pelo menos o mais fecundo, entre ambos se deu ainda na década de 1920, e não apenas – mas justamente por isso – no âmbito do poder dirigente, quando este seria chamado a compor o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940), a contribuição deste estudo pode ser descrita, tal como o de Wilson Martins (s/d.), como um estudo sobre a “ideia modernista”. Com a particularidade de que o do crítico literário, conforme apresenta, constitui no estudo exaustivo do processo intelectual de criação artística, e o nosso de breves apontamentos sobre a trajetória ideopolítica que conduziria o Brasil a se modernizar, de forma conservadora, entre 1930 e 1945.

Sem qualquer intenção de comparação pessoal entre os dois pesquisadores citados, o objetivo deste trabalho é demonstrar como também no contato que Vargas estabelece com Oliveira Vianna é a ideia que desempenha um papel fundamental, pois se trata do conhecimento que Vargas passa a ter da obra – uma, bastante específica – do pensador fluminense. Não sendo demasiado lembrar que a ideia de que falamos é a expressão ideológica, com claro vínculo classista, de um estado de coisas muito bem fundamentado materialmente, queremos indicar que é com o estudo de *Evolução do povo brasileiro* (1923) que Getúlio adere ao complexo ideológico que será capaz de lhe esclarecer o caminho adequado no interior das lutas pelo poder para modernizar a sociedade brasileira, avançando na sua feição urbano-industrial e abandonando o federalismo agrário-exportador.

Para isso teremos de travar contato com a literatura demonstrando a omissão por parte dos pesquisadores e pesquisadoras em investigar atentamente um período determinante da carreira política de Vargas, a saber, sua passagem como Deputado Federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que teve vigência entre 1923 e 1926. Também é nosso intuito revelar que os poucos que fizeram menção a esse fato central, equivocaram-se na menção à obra, o que importou em consequências de largo alcance, como na possibilidade de compreender também o complexo ideológico como um todo, do qual Oliveira Vianna era apenas o que promovia uma fina aplicabilidade.

2. Vargas e a discussão dos problemas nacionais

Ao olharmos para pesquisas clássicas sobre Vargas, como a dos brasilianistas John Dulles (1967) e Robert Levine (2001), ou mesmo para importantes conhecedores brasileiros do assunto como Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro (1980), percebemos que, em geral, as menções sobre a década de 1920 são feitas apenas às insurreições tenentistas, Coluna Prestes e à Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, ou no máximo chegando a esse comentário: “em 1924, tornou-se líder da bancada de seu estado. Sua realização mais notável como congressista ocorreu em 1925, quando, como membro de uma comissão encarregada de estudar a reforma constitucional, advogou maior dose de autoridade para o governo” (LEVINE, 2001, p. 37).

Mesmo um erudito conhecedor da história brasileira como de fato é Boris Fausto, quando se põe a escrever sobre Getúlio Vargas, não dispensa mais do que um simples parágrafo sobre o período, contentando-se em comentar o repisado fato de Getúlio ter apoiado Arthur Bernardes no fortalecimento da União e se posicionado contra o ensino religioso nas escolas (FAUSTO, 2006, p. 32).

Igualmente curioso é que um trabalho excelente e minucioso como o de Pedro Cezar Dutra Fonseca praticamente não faça referência a essa fase da formação política de Vargas, ainda mais tratando-se de uma investigação inteiramente pautada “em verificar os elementos de mudança e de permanência do discurso [de Vargas], que se assume estarem vinculados às exigências concretas que historicamente foram se apresentando” (1989, p. 15). Talvez o fato de o autor ser economista de formação, tornasse esse problema, de natureza política, como ele mesmo declara nos agradecimentos, deveras complexo e desafiante, motivo pelo qual seu livro se atenta mais às questões do intervencionismo, crítica do liberalismo, política econômica, etc. Entretanto, persiste a inquietante questão das escassas referências às importantes transformações e continuidades no pensamento de Vargas durante seus anos parlamentares, principalmente nos quais já adquirira maturidade para melhor lidar com o meio.

Em realidade, existiu muito mais.

Além do constantemente ressaltado benefício que Vargas teve pela unidade política interna gaúcha pelo pacto de Pedras Altas (1923), entre republicanos e federalistas,³ urge

³ “Os libertadores não foram bem sucedidos quanto à deposição de Borges. Contudo, conseguiram a limitação de sua autoridade. Rendendo-se relutantemente à pressão crescente de Bernardes, Borges aceitou uma mudança na Constituição proibindo os Governadores de exercer mandatos consecutivos; também concordou em sacrificar as medidas constitucionais ‘positivistas’ que permitiam ao Governador apontar o seu vice. Com a negociação de

destacar, dentre a longa carreira como representante parlamentar gaúcho, o saldo do aprendizado que Vargas viria a ter como Deputado Federal, assim escolhido pelo seu partido.⁴

É nesse período que podemos localizar uma maior atenção por parte de Vargas aos problemas propriamente nacionais, abandonando sua postura, dominante até então, de defender intransigentemente o regionalismo gaúcho frente aos interesses da União. Com isso queremos dizer que a defesa que Getúlio fazia do princípio federativo, negando qualquer intervenção, diferentemente de Júlio de Castilhos, não era fundada em qualquer principismo, ou seja, não se baseava numa pura convicção de sê-lo o melhor regime em si, mas apenas o mais adequado na defesa dos interesses gaúchos nas situações que até então tinham se apresentado. Uma vez no poder Executivo nacional, ele seria integralmente abandonado pelo seu oposto: a centralização, a nomeação de interventores, etc. Sem abandonar o positivismo, estruturante do regime republicano do seu estado, constantemente doutrinado pela imprensa partidária do PRP (TRINDADE, 1980), Vargas se mostraria profundamente pragmático, isto é, capaz de ser maleável aos interesses de sua classe conforme a própria dinâmica da realidade, na qual as condições estão permanentemente em mudança. Mais do que tudo, jamais abandonaria a pregação comtiana da década de 1820, que defendida uma estrita divisão do trabalho entre governantes e intelectuais que pensavam a realidade brasileira, estes produzindo conhecimento a partir da observação, conforme indicava o filósofo de Montpelier, e aqueles colocando-os em prática mediante a direção política. Inspirando-se, assim, em fonte positivista, Vargas teria uma afeição predileta pela práxis política, nos termos comtianos: “a opinião deve querer, os publicistas propor os meios de execução, e os governantes executar. Enquanto estas três funções não forem distintas, haverá confusão e arbítrio em maior ou menor grau” (COMTE, 1972, p. 12).

A leitura de seus discursos do período demonstra que Vargas acordara para a discussão dos problemas fundamentalmente nacionais, entre os quais enumera o desequilíbrio orçamentário, a questão social e o isolamento regional, propondo a solução por meio de

garantias para a representação das minorias em nível estadual e nacional (seis cadeiras na Assembleia e cinco no Congresso), estavam resolvidos os problemas e o Pacto de Pedras Altas foi assinado em meados de dezembro. O acordo encerrava a guerra de onze meses” (LOVE, 1975, p. 223).

⁴ Da longa carreira que ocupou como representante parlamentar gaúcho, Vargas elegeu-se Deputado Estadual entre 1909 e 1913, retornando, após um mandato fora, para um período no mesmo cargo de seis anos (1917-1923). Apenas saíria desta em 26 de maio de 1923 para assumir vaga aberta pela morte do então deputado federal Rafael Cabeda, eleito para a magistratura de 1921-1923. Elegeu-se, no entanto, novamente em 1924 para o triênio 1924-1926. Seriam, pois, três anos e meio representando, neste cargo, a tribuna sul-rio-grandense. O posto só seria abandonado para ocupar cargo ainda mais importante no cenário nacional, a convite do então presidente do país (1926), Washington Luís: o de Ministro da Fazenda.

reformas e não de revoluções, como procuravam agir os tenentes precipitados, segundo concepção que veiculavam os políticos.

Mas para mudar essa postura, houve um acontecimento, mais expressivo que todos os demais, que proporcionou a Getúlio um salto teórico em aprendizado político quando de sua estada no parlamento nacional. O que mais chama a atenção do pesquisador é a fonte da qual o estancieiro gaúcho se utiliza para captar tais problemas. Um dos raros observadores desse fenômeno comenta que “foi a leitura da obra de Oliveira Vianna que levou Getúlio a descobrir a dimensão nacional dos problemas” (RODRIGUEZ, 2009, p. 161). De fato, a análise mais detida de seus discursos revela citações esclarecedoras da influência do jurista fluminense na leitura de Brasil que o futuro dirigente nacional passava a tomar para si, como na seção de 20 de outubro de 1925:

Ninguém melhor que Oliveira Vianna, cujas ideias compendiamos em algumas destas sugestões, com a esclarecida visão do sociólogo, apreendem a evolução do povo brasileiro. Fracassaram as generalizações apressadas da sociologia, pretendendo aplicar as leis gerais da evolução, como um paradigma que todos os povos tivessem de seguir na sua marcha. Esqueceram-se que a ação modeladora do meio cósmico, da composição étnica e dos fatores externos tinham que variar o processo do seu desenvolvimento, que sofre avanços e recuos, desvios e contramarchas, conforme a atuação preponderante desses agentes. Foi preciso que sobreviesse a plêiade brilhantíssima dos discípulos da escola de Le Play para, no estudo pormenorizado dos pequenos núcleos sociais, apanhar toda a infinita variedade da vida. (...) Portugal, país de escassa população, defrontando aqui com uma vasta extensão territorial semeada de elementos hostis ante a resistência tenaz dos primitivos silvícolas, teve de ir fazendo uma lenta infiltração do elemento colonizador. À medida que avançavam os agentes civilizadores no território distenso, iam-se formando pequenos núcleos de povoamento que se multiplicavam quase isolados pela dificuldade de comunicações. Era, como observa Oliveira Vianna, um povoamento ganglionar, em pequenos nódulos sociais dispersos. (VARGAS, 1999, p. 472-473) (grifos nossos)

Percorrendo parte por parte, sinteticamente, o livro que, aliás, cita expressamente, *Evolução do povo brasileiro*, arremata: “e assim tinha que ser, porque, como bem observa Oliveira Vianna: ‘Não é possível nenhuma organização central forte em um país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar’” (VARGAS, 1999, p. 473).

Queremos indicar que, transcrevendo literalmente a análise de *Evolução do povo brasileiro*, livro publicado em 1923, Getúlio não apenas toma para si a interpretação de Brasil de Oliveira Vianna, mas também de todo o complexo ideológico que em nossa tese intitulamos de *razão autocrática*, pelo fato de esclarecer Vargas dos interesses da burguesia brasileira em como avançar

no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, preservando sua face social autocrática, excludente.⁵ A título de esclarecimento vejamos o que o próprio Oliveira Vianna diz também, na referida obra, sobre um dos pontos medulares desse processo que caberia ao poder dirigente encampar:

O equacionamento do problema da organização nacional, racionalmente, é este: um máximo de base física + um máximo de circulação = um máximo de unidade política. Estabelecer um máximo de unidade sobre um máximo de base física, sem o indispensável meio de circulação é, evidentemente, violar a condições naturais da atividade político-administrativa: sem o prestígio da realeza, já o vimos, os estadistas conservadores não o teriam conseguido. (1933, p. 280) (grifos nossos)

Constata-se que reside aí uma clara influência da obra de Alberto Torres, *A Organização Nacional* (1978), inclusive conceitualmente, uma vez que é o também jurista fluminense que, conforme cremos, germina o complexo ideológico ao afirmar que cada povo possui a sua razão evolutiva, e se põe então na procura dela. Oliveira Vianna deixa claro sua filiação às observações de Alberto Torres em outro livro, no qual, inclusive, irá desenvolver melhor o referido complexo ideológico, *Instituições Políticas Brasileiras* (2010). Portanto, temos aí um dos momentos mais essenciais do fazer-se ideologia daquele corpo teórico da razão autocrática, pois encontra sua recepção em um líder político de alta expressão. É neste momento que o estancieiro gaúcho demonstra que passa a adotar literalmente a racionalidade autocrática como leitura da realidade e ponto de partida de sua práxis política. Ou seja, Vargas equaciona sua visão dos problemas nacionais porque, por um lado, já encontrara em *Oliveira Vianna a fina aplicabilidade dos pressupostos metodológicos reducionistas de compreensão do real*.

3. Contribuição à crítica da literatura sobre Vargas

Frisar este aspecto ganha uma importância ainda maior quando percebemos que mesmo aquelas pesquisas que lograram captar essa influência de Oliveira Vianna em Vargas ainda na

⁵ Vale lembrar que adotamos o conceito de ideologia em Lukács, isto é, como aquilo que fundamenta a prévia-ideação prática dos homens de forma persuasiva, podendo ou não provir de um conhecimento científico. Portanto, ideologia não teria como critério definidor o falso conhecimento, mas sim sua função social: a um claro e necessário instrumento de luta social, capaz de levar a conscientização aos grupos dos seus interesses, e para que, assim esclarecidos, entrem e luta e a resolvam (LUKÁCS, 2010). Não é este o espaço para debater os fundamentos teórico-filosóficos do conceito, que se pauta por uma abordagem lukasciana (1968; 2009) também quando leva em conta tanto o processo de decadência ideológica da burguesia, complexo e imensamente rico, não podendo ser reduzido simplesmente ao irracionalismo, como de sua busca do renascimento do marxismo mediante o resgate das análises de Marx sobre a ontologia do ser social. Remetemos o leitor, aqui também, à nossa tese (SARTORETTO, 2022).

primeira metade da década de 1920, o fizeram de forma equivocada, pois atribuíram ao livro *Populações meridionais do Brasil* (2010) aquilo que consta de fato em *Evolução do povo brasileiro* (1933). Esse erro que podemos supor não só técnico, mas também teórico-metodológico (falha ou ausência de leitura de todos os livros envolvidos no debate?), é encontrado tanto em Ricardo Velez no seu *Castilhismo: uma filosofia da república* (2000),⁶ como na mais recente e minuciosa biografia de Vargas escrita pelo Lira Neto, em especial o primeiro volume intitulado *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. Sendo um dos raros observadores que ressaltam de forma mais enfática esse período de Vargas na câmara dos deputados nacionais, o jornalista, aí, faz questão de comentar que “em meio aos trabalhos parlamentares Getúlio não descuidava de suas leituras. (...) destacava-se o sociólogo fluminense Francisco José de Oliveira Vianna”, e é certo ao apontar que, dali em diante “Oliveira Vianna seria uma espécie de novo guru para Getúlio” (2012, p. 237). No entanto, comete a seguinte imprecisão ao afirmar caracterizadamente, no livro, que “Getúlio pinçou trechos de *Populações meridionais do Brasil* para sustentar a tese de que era imprescindível manter a descentralização política do país – o que em última análise, manhosamente, contrariava o próprio sentido do livro” (2012, p. 237). Assim, além de não fazer menção ao livro citado expressamente por Vargas, *Evolução do povo brasileiro* – que sequer consta em suas referências, ocorrendo o mesmo em Rodriguez -, as citações que contêm conceitos que não existem ainda no *Populações Meridionais de 1920* como “nódulos sociais dispersos”, “povoamento ganglionar” e “primitivos silvícolas”, todas articulações íntimas do seu conceito-mor de “espírito insolidarista”, são, pelo jornalista, atribuídas todas unicamente a este livro primevo de Oliveira Vianna erroneamente.

Para confirmar que a passagem citada é mesmo do estudo de 1923, além de indicarmos a exata localização da passagem, na página 305 da segunda edição (1933), que é a que usamos aqui, trazemos também o confiável estudo de Jarbas Medeiros sobre o pensamento de Oliveira Vianna, que confirma a paternidade do trecho apontando em “(E. P. B. p. 332,333)”, embora o faça referenciando as edições de 1933 e de 1938. Se encontramos, pois, na de 1933 sua localização na página 305, Medeiros deve ter-se utilizado da edição de 1938, a terceira

Quando Lira Neto se põe a analisar a relação entre a defesa de pautas regionalistas em Vargas e aquilo que para nós indica uma clara transição para a compreensão dos problemas cruciais ligados ao desenvolvimento do país, o comunicador não consegue sair da aparência do fenômeno. Apontando como exemplo expressivo a mediação direta de Vargas entre Borges de

⁶ Engano que aparece também no seu artigo já citado por nós no começo deste texto: O novo conceito de Era Vargas – sua fundamentação teórica (Rodriguez 2009).

Medeiros e Arthur Bernardes nos debates em torno do projeto de revisão constitucional -⁷ inclusive sustando na revisão a inclusão do ensino religioso nas escolas e a consagração do catolicismo como religião oficial do Brasil –, o jornalista arremata sua conclusão:

Getúlio, nesse instante específico de sua trajetória política fazia uma leitura incompleta, ou pelo menos seletiva, da obra inaugural de Oliveira Vianna. Concordava com a análise histórica do autor a respeito da atomização política que vigorou no país durante a Colônia, mas desprezava os capítulos finais da Populações meridionais do Brasil, nos quais Vianna defendia exatamente a necessidade de um Estado centralizado, um “governo poderoso, dominador, unitário, incontestável”, capaz de consolidar entre nós o conceito de nacionalidade e de bombardear o poderio dos caudilhos regionais. (2012, p. 238).

Ora, não se trata nem de leitura seletiva, tampouco compreensão incompleta, pois afinal de contas, o então deputado federal gaúcho não era principista, conforme já indicamos, não adotava posturas em abstrato. Getúlio Vargas, como indivíduo singular, expressava interesses particulares. E quais os interesses de seu estado, o Rio Grande do Sul, naquele contexto de 1925 ainda marcado pelo federalismo? Uma economia voltada para o mercado interno (LOVE, 1975) num regime nacional que não prioriza este mercado interno, mas sim pretensos dons naturais agrários-exportadores. Caso a relação fosse invertida, e o regime nacional precisasse defender o fortalecimento do mercado interno contra interesses de sua própria burguesia ligados exclusivamente ao caráter primário da economia – como efetivamente ocorreria em 1932 no levante paulista – a posição de Vargas seria a de encampar a centralização. Invertendo-se aqui essa relação, o resultado não pode ser outro senão uma análise que se restringe apenas ao aspecto político, não conseguindo encontrar os vínculos que ligam os representantes políticos à sua classe, bem como aos interesses que ela carrega em seu movimento concreto.

Há por fim, como fato subsidiário, mas que por isso mesmo não deve ser descartado, e sim analisado criticamente, o comentário de Fernando Moraes sobre as iniciais relações estabelecidas entre Vargas e o jornalista ainda em ascensão Assis Chateaubriand. Segundo o

⁷ O que caracterizada, acima de tudo, a reforma da constituição de 1926 foi a redução do mecanismo do *habeas corpus* e o aumento da capacidade de intervenção federal nos estados, além de mudanças na organização da Justiça Federal e nas competências dos poderes da União. Com apenas uma cartada, o Presidente Arthur Bernardes pretendia resolver todos os problemas que lhe dificultavam o governo no quadriênio 1922-1926: os levantes tenentistas, as insurgências das oposições estaduais – casos extremos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul daqueles dias – e praticamente anular a possibilidade de conseguir a liberdade aos críticos do seu governo que o *habeas corpus* promovia, medida, que nesse sentido, seria até mais eficaz que o estado de sítio integral que ele promulgara. O fortalecimento do poder Executivo e a suspensão das brechas na legislação que davam prerrogativas aos estados para evitarem intervenções do presidente de República, seriam os meios considerados adequados para aquelas finalidades.

biógrafo, consta que foi exatamente durante essa curta estada de Vargas como deputado federal, mais especificamente durante o ano de 1925, que o político gaúcho por intermediação de Lindolfo Collor, teria sido apresentado a Assis Chateaubriand. Vale lembrar que não demoraria muitos anos para que o jornalista paraibano viesse a se tornar por décadas e décadas o maior e mais respeitado (ou temido, a depender do ponto de vista) jornalista, futuro dono de um gigantesco império midiático e que, aliás, cresceria muito em função da sombra que lhe faria o próprio Vargas enquanto dirigente político nacional. Mas naqueles dias Chateaubriand esboçava apenas a criação de seu primeiro jornal independente, dando o pontapé inicial à sua cadeia de diários, tendo comprado o periódico *O Jornal* (dentro do qual já trabalharia Azevedo Amaral, que em nossa tese é o intelectual que forma, ao lado dos já citados Alberto Torres e Oliveira Vianna, o grupo dos responsáveis pelo complexo ideológico da razão autocrática). Durante a conversa, Vargas teria apoiado a iniciativa de Assis Chateaubriand e, indo mais fundo na demonstração de seu entusiasmo, comentando suas impressões do que deveria ser modernizado no país, mas não sem antes se apresentar como

“um spenceriano, um positivista individualista, ao contrário dos meus de meus conterrâneos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, comitistas ortodoxos”. Disse que, como assinante do jornal argentino *La Nación*, lera com grande interesse os artigos e entrevistas que o jornalista enviara da Europa. Ao perguntar pelos planos de Chateaubriand para o futuro, Vargas ouviu-o dizer que nos próximos meses queria criar um vespertino novo no Rio de Janeiro e, logo em seguida, montar ou comprar um jornal em São Paulo e outro em Minas Gerais, dando início a uma cadeia nacional de informação. A pronúncia da palavra “nacional” fez brilhar os olhos do deputado:- Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe deem unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costa para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais que tu projetas pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto. Se precisares de ajuda para a realização de teus planos, podes contar comigo. (MORAIS, 1994, p. 145)

Certamente precisamos ver com cuidado o contexto que dava sentido à palavra nacionalista, bem como ter certos receios de encontrar um projeto de unidade nacional em Vargas já em 1925. Contudo, segundo o trajeto de nossa investigação o espírito do diálogo certamente não parece ter fugido muito do exposto. Assim, apenas alguns anos mais tarde e ainda antes de ser eleito governador do Rio Grande do Sul em 1928, Vargas já dispunha de um grande aliado jornalístico, senão a nível nacional, pelo menos com profunda influência nos centros políticos de decisão do país. Isso se mostraria uma verdadeira preciosidade, pois Chateaubriand efetivamente cumpriria importante papel na articulação entre os mais altos

escalões da mobilização para a insurreição de Aliança Liberal, com seus influentes contatos de Norte a Sul, mesmo antes da derrota do pleito de 1930.

Não bastasse isso poderíamos arrolar novamente as palavras de Jarbas Medeiros sobre como Oliveira Vianna acompanhava atentamente a evolução da filosofia de mundo criada por Comte para responder aos problemas sempre novos que a realidade brasileira colocava para sua classe, a burguesia:

Nos anos 10 e 20 de nosso século ele permaneceu dentro do naturalismo sociológico, ou seja, daquelas correntes positivistas que procuravam transplantar para as ciências sociais o modelo e os métodos das ciências naturais. Aí estariam compreendidos, como “versões” de uma mesma matriz ideológica o organicismo spencerista, a mesologia – a sociedade humana como um “resultado” combinado de clima, geografia e raça (aí incluindo-se, portanto, a etnologia, a antropologia e a geopolítica, assim como o darwinismo social) etc. Nos anos 30 e 40, acompanhando a evolução do pensamento sociológico positivista, ele adere ao antropologismo-funcionalista (que denomina “culturologia”), mas não de maneira ortodoxa, mantendo aí suas tradicionais posições mesologistas e etnológicas. (1974, p. 78)

Esse fato ilustra bem como a leitura que Getúlio fazia tanto da realidade como dos intelectuais que o esclareciam nada tinha de incompleta, seletiva ou que desconsiderava o contexto das obras que estudava como querem Lira Neto e Rodriguez. Em sua análises politicistas esses autores não compreendem a natureza móvel de um fenômeno ideológico, que cabe aqui ressaltar mesmo contra tendências no interior do marxismo que acabam por enrijecer a realidade e a profunda dialética existente entre movimento do real, condicionado pelo constante desdobramento da economia – composta “simplesmente” por relações sociais assentadas em um tipo determinado de trabalho -, e da luta de classes em sua incessante determinação reflexiva, consciente ou espontânea.

4. Considerações finais

O que precisa ficar claro nessa discussão é que Vargas não deve ser tomado pelo arquétipo vulgar com que pintam o pensamento de Maquiavel, isto é, como alguém que é capaz de, sozinho, jogar contra tudo e contra todo, indivíduo titeriteiro ou ganancioso pelo poder como nenhum outro. Nada disso. Lembremos, por exemplo, que para congraçar os partidos antagônicos em sua terra natal, seja para articular a aliança, primeiro eleitoral, depois golpista em 1930, Getúlio “encontrou em Oswaldo Aranha, como depois em tantas outras emergências, no cenário nacional e internacional, o grande manipulador das soluções sem as quais teria sido

muito diferente seu destino político”, conforme ressalta bem em depoimento Moisés Velinho (LIMA, 1986, p. 48-49). Isso significa que Vargas nunca conseguiu nada solitariamente como indivíduo. No mesmo sentido é interessante constatar, depõe Plínio de Abreu Ramos, “que Vargas, por exemplo, nunca exerceu sobre a política mineira uma liderança efetiva” (LIMA; RAMOS, 1986, p. 21), embora, claro, tivesse muitos aliados por lá.

Precisamos ter em mente, portanto, que sob muitas dificuldades e com muitos empecilhos Vargas foi articulando compromissos e alianças que entendia serem mais proveitosas para a burguesia brasileira no contexto de crise e rearticulação da divisão internacional do capitalismo. Vargas havia se tornado a posição mais avançada dos interesses da burguesia brasileira e, uma vez influenciado pela ideologia racional autocrática, capaz de lhe proporcionar ciência das configurações necessárias para atuar no cenário das lutas do sistema capitalista em sua fase imperialista, tornou-se também o dirigente mais esclarecido da burguesia brasileira. Nesse sentido, ele é, como qualquer outro político do corpo dirigente, um membro de classe.

Inserindo-se nessa mesma maneira de compreensão, de que Getúlio contou com muitas relações sociais e foi favorecido por vários nexos históricos, é que nosso trabalho acredita ter contribuído com o resgate de um momento crucial, pois que de gênese desse processo. O contato com a obra de Oliveira Vianna, especificamente *Evolução do povo brasileiro*, de 1923, proporcionou a mediação determinante para se tornar anos mais tarde a expressão condensada dos interesses avançados da burguesia brasileira, pondo-se de acordo com a dinâmica da acumulação econômica da década de 1920 que corroía a hegemonia do grande capital cafeeiro, permitindo maior autonomia para seus setores ligados ao mercado interno. O encontro com as teorizações contidas em *Evolução do povo brasileiro* seria o passo decisivo, com maior densidade e concretude, para que Vargas se tornasse o indivíduo capaz de conduzir o Brasil rumo à modernidade capitalista, de uma forma conservadora, claro está. Assim munido de prévias-ideações, Vargas encarnaria após 1930, dentre outras tantas demandas, aquela de tornar o Executivo, no Estado moderno, “um comitê para gerir os negócios de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42), bem no espírito do que definia criticamente Oliveira Vianna quando afirmava que até então o Estado brasileiro servia diretamente apenas às burguesias regionais mais fortes, isto é, dos estados economicamente mais avançados, designando sob sua chave explicativa positivista, portanto mistificadora e superficial, de “espírito insolidarista”.

Referências Bibliográficas

- COMTE, A. *Opúsculos de filosofia social: 1919-1928*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Usp, 1972.
- DULLES, J. W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEVINE, R. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas?* São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- LIMA, V. R.; RAMOS, P. A. *Tancredo fala de Getúlio: depoimento*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- LIMA, V. R. (Coord.) *Getúlio – uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. p. 51-103.
- _____. Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 25-53.
- MARTINS, W. *O modernismo. (1916-1945)*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEDEIROS, J. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-1945. II – Oliveira Vianna. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, n. 17, abr/jun. 1974. p. 31-87.
- MORAIS, F. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Scharcz Ltda, 1994.
- NETO, L. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RODRIGUEZ, R. V. O novo conceito de Era Vargas – sua fundamentação teórica. *Revista estudos filosóficos*, São João Del Rei, nº 3, 2009, p. 154-166.
- _____. *Castilhisismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

REVISTA MUNDO E DESENVOLVIMENTO
Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

SARTORETTO, L. *Razão autocrática: ideologia e direção política na progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, 2022.

SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. *O pensamento político de Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

TRINDADE, H. et al. (Org.) *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS. (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VARGAS, G. *Discursos. (1903-1929)*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1999.

VIANNA, O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.